

APRESENTAÇÃO DE UM MODELO DE REGRESSÃO MÚLTIPLA PARA O *DISCLOSURE* DE ATIVOS INTANGÍVEIS

A MULTIPLE REGRESSION MODEL FOR INTANGIBLE ASSETS DISCLOSURE

Leonardo Flach

Doutor em Administração (UFRGS)

Professor da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

e-mail: leonardo.flach@gmail.com

Mayara Monique Müller

Graduanda em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

e-mail: may_muller@hotmail.com

Resumo:

O intangível é um importante ativo apresentado em demonstrativos de clubes de futebol, e as demonstrações contábeis de tais instituições devem ser elaboradas de maneira correta, divulgadas de forma clara e precisa. O presente estudo tem como objetivo verificar quais variáveis influenciam o nível de divulgação do intangível nas demonstrações contábeis dos clubes brasileiros de futebol após o CPC-04 (Ativo Intangível) ter entrado em vigor. A amostra desta pesquisa consiste em todos os 20 clubes de futebol que participaram na série A do Campeonato Brasileiro de Futebol de 2012. Para a análise das variáveis foi proposto um modelo de regressão linear múltipla. Os dados foram obtidos na análise das demonstrações contábeis do ano de 2012 dos clubes de futebol do campeonato brasileiro. Os resultados demonstram que as variáveis desempenho no campeonato brasileiro e receitas totais influenciam positivamente no nível de divulgação do intangível nas demonstrações contábeis dos clubes analisados. Ou seja, o nível de divulgação do ativo intangível tende em média a ser maior a partir do aumento das receitas totais e desempenho no campeonato. Contudo, a variável representatividade do intangível não se mostrou estatisticamente significativa, logo não foi possível confirmar a relação entre esta variável e o nível de divulgação do intangível.

Palavras-chave: *Disclosure*. Ativo Intangível. Modelo de regressão múltipla.

Abstract:

Intangibles are important assets presented in the soccer clubs statements, and these financial statements should be prepared with disclosure and accountability. This study aims to determine which variables influence the level of disclosure of intangible assets in the financial statements of the Brazilian soccer clubs after the CPC-04 (Intangible Assets). The research has a population of all 20 soccer teams who participated in the 2012's Brazilian Soccer league. We propose a multiple linear regression model in order to analyze the variables. We collected data from the financial statements for the year 2012 of that population. The study results show that the variables performance in the Brazilian Soccer league and total income positively affected the disclosure level of intangible assets in the financial statements of the soccer clubs. The disclosure level of intangible assets tend on average to be higher as the

performance in the championship and the total revenues increase. However, the variable intangible representation was not statistically significant. Then, it has not been possible to confirm the relationship between this variable and the level of disclosure of intangible assets.

Keywords: Disclosure. Intangible Assets. Multiple regression model.

1 Introdução

No Brasil, o futebol é o esporte mais popular, possui vários adeptos, desde os atletas profissionais aos amadores. A disputa da série A do Campeonato Brasileiro consiste no campeonato em território nacional que apresenta maior representatividade e renda financeira.

A popularidade do futebol no Brasil tem oferecido diversas oportunidades de negócios aos clubes. Há um mercado consumidor significativo, ou seja, há uma grande massa de torcedores ávidos ao consumo. A divulgação das demonstrações contábeis dos clubes de futebol se torna importante, aumenta a necessidade de melhor divulgação das informações contábeis, e contribui com a transparência dos dados aos usuários destas informações.

A evidenciação contábil, também chamada de *disclosure* das demonstrações contábeis, consiste em um “[...] compromisso intransferível da contabilidade com seus usuários externos [...]” (IUDÍCIBUS, 1997, p. 115). Silva, Teixeira e Niyama (2009) e Silva e Carvalho (2009) desenvolveram um estudo com objetivo de analisar variáveis que influenciam no nível de divulgação das demonstrações contábeis dos clubes de futebol de uma forma geral. Já no estudo elaborado por Leite e Pinheiro (2012) o objetivo era analisar especificamente o Ativo Intangível dos maiores clubes do Brasil. No entanto, percebe-se a carência de estudos recentes que analisam especificamente a divulgação do intangível nos clubes de futebol que participam do mais importante Campeonato do esporte mais popular que ocorre no Brasil.

Os clubes de futebol movimentam grandes valores financeiros, e a maior parte deste montante deriva dos ativos intangíveis, dos atletas e suas habilidades desportivas (SILVA; CARVALHO, 2009). Iudícibus *et al.* (2010) ressaltam que os direitos federativos constituem o principal ativo de um clube de futebol, classificado como ativo intangível, junto com as marcas relacionadas. Os autores afirmam que o ativo mais importante para os clubes de futebol é o intangível, que por sua vez está regulamentado pelo pronunciamento técnico 4 (CPC, 2010), que tomou como base as Normas Internacionais de Contabilidade - IAS 38.

O presente estudo tem como justificativa a contribuição de verificar quais variáveis influenciam o nível de divulgação do ativo intangível dos clubes de futebol participantes do Campeonato Brasileiro da Série A de 2012 por meio da análise das demonstrações contábeis, após o CPC-04 entrar em vigor.

Diante destes fatos, chega-se ao seguinte problema de pesquisa: quais são as variáveis que influenciam o nível de divulgação do Ativo Intangível nas demonstrações contábeis dos clubes de futebol do Campeonato Brasileiro da série A de 2012? Para atender a esta questão, serão analisadas as variáveis “desempenho no campeonato brasileiro”, “receitas totais” e “representatividade do intangível”, de forma a verificar de que forma estas podem influenciar o nível de divulgação do ativo intangível dos clubes brasileiros de futebol.

A presente pesquisa engloba as seguintes partes: na revisão teórica serão abordados os assuntos que tem relação ao objetivo e tema de pesquisa, como *Disclosure* (divulgação), Ativo Intangível, Legislação Aplicável aos Clubes de Futebol e Estudos Relacionados ao Tema. Na etapa do método de pesquisa demonstra-se o passo a passo da elaboração deste estudo, criação do *check list* de avaliação da evidenciação do ativo intangível, e apresentação do modelo de regressão múltipla. Na análise dos dados são apresentados os resultados obtidos

a partir da amostra. Por fim, são apresentadas as considerações finais e sugestões para futuros estudos.

2 Revisão da Literatura

A partir da publicação das Leis nº 11.638 (BRASIL, 2007) e nº 11.941 (BRASIL, 2009), que se referem à adoção da IFRS, a contabilidade têm passado por grandes mudanças. Yamamoto, Pაცეც e Malacrida (2011) destacam que a adesão das normas internacionais propicia um processo de reflexão e crítica sobre o conjunto de demonstrações em relação ao objetivo da contabilidade. Antunes *et al.* (2012) complementam que as normas internacionais estabelecem que as demonstrações contábeis são a principal fonte de informações econômico-financeiras das empresas, para uma ampla gama de usuários. Por sua vez, a normatização contábil tem por objetivo garantir que essas informações divulgadas sejam compreensíveis, relevantes, confiáveis e comparáveis, isto é, úteis para o processo decisório dos usuários.

2.1 Disclosure

Quando o usuário recebe as informações na forma de divulgação, esse foi o último passo de uma série de procedimentos contábeis que tiveram início com o reconhecimento e mensuração. Iudícibus (1997, p. 115) esclarece que o *disclosure* ou divulgação “[...] é um compromisso inalienável da contabilidade com seus usuários e com os próprios objetivos”. O objetivo da contabilidade é fornecer informações aos vários usuários, no intuito de proporcionar um conhecimento válido. A contabilidade tem a missão de evidenciar informações quantitativas e qualitativas (GARCIA *et al.* 2007).

O termo *disclosure* não se fixa apenas à forma de apresentação, mas também ao conteúdo das demonstrações contábeis. A preocupação não é apenas sobre a forma de identificação de determinada informação, mas também com a qualidade das informações prestadas aos usuários. Trata-se de assegurar que as expressões monetárias constantes nas referidas demonstrações expressem adequadamente a situação econômica e patrimonial da entidade. De acordo com Dalmácio e Paulo (2004), evidenciar é tornar evidente, mostrar com clareza aquilo que não oferece dúvida, que se compreende prontamente. A evidenciação, de acordo com os autores, representa um importante meio de comunicação aos interessados sobre o desempenho da empresa.

As demonstrações contábeis devem evidenciar informações relevantes, sem exageros que possam confundir aquele que as analisa (IUDÍCIBUS, 2010). As informações contábeis devem ser disponibilizadas em tempo hábil, possibilitando uma tomada de decisão precisa e tempestiva. Iudícibus (2010) ainda destaca que a existência da relação entre a evidenciação e a convenção da materialidade, isto é, todas as informações evidenciadas deverão ser relevantes e materiais para os usuários. O contador, ao preparar os demonstrativos para a publicação, precisa perceber que esses demonstrativos são o mais evidente processo de comunicação com o usuário externo.

Cardoso Maia e Pontes (2012) definem *disclosure* como um canal de transmissão da informação da empresa para o mercado. Trata-se de uma temática que está se destacando nas atuais pesquisas na área contábil. Em um sentido mais amplo, “divulgação simplesmente quer dizer veiculação da informação” (HENDRIKSEN; VAN BREDA, 1999, p. 512).

A Lei nº 9.615 (BRASIL, 1998), alterada pelas Leis nº 9.981 (BRASIL, 2000), nº 10.264 (BRASIL, 2001), nº 10.672 (BRASIL, 2003) e nº 11.118 (BRASIL, 2005), estabelece normas gerais sobre o desporto. Esta normatização define a obrigatoriedade de elaborar e divulgar (*disclosure*) os demonstrativos contábeis na forma determinada pela Lei nº 6.404 (BRASIL, 1976), bem como a obrigatoriedade de auditorias periódicas por empresas de auditoria

independente. A referida Lei, no artigo 176, estabelece as seguintes demonstrações a serem elaboradas: Balanço Patrimonial; Demonstração dos lucros e prejuízos acumulados; Demonstração do Resultado do Exercício; Demonstração dos fluxos de caixa; e, se for companhia aberta, Demonstração do Valor Adicionado.

2.2 Ativo Intangível

No grupo de contas do ativo destacam-se os ativos intangíveis, os quais podem ser definidos como bens não físicos e incorpóreos. Ativos intangíveis são bens incorpóreos, mais reconhecidos como direitos e serviços, que podem gerar benefícios econômicos futuros prováveis, obtidos ou controlados por dada entidade em consequência de transações ou eventos passados (HENDRIKSEN; VAN BREDA, 2007).

O intangível é um ativo como outro qualquer, e representa agregados de benefícios econômicos futuros sobre os quais uma empresa detém o controle e exclusividade de sua exploração (IUDÍCIBUS *et al.*, 2010). No entanto, diferentemente dos ativos tangíveis, que são visivelmente identificados e contabilmente separados, os intangíveis por vezes não o são. Kayo (2002, p. 14) explica que os “ativos intangíveis representam um conjunto estruturado de conhecimentos, práticas e atitudes da empresa que, ao interagir com seus ativos tangíveis, contribui para a formação do valor das empresas”.

O pronunciamento técnico 4 (CPC, 2010), influenciado pelas Normas Internacionais de Contabilidade (IAS 38), trata dos ativos intangíveis e apresenta critérios específicos para reconhecimento, métodos de mensuração do valor contábil e divulgação desses ativos. Alguns exemplos de itens que se enquadram na categoria dos intangíveis são: *softwares*, patentes, direitos autorais, direitos sobre filmes cinematográficos, listas de clientes, direitos sobre hipotecas, licenças de pesca, quotas de importação, franquias, relacionamentos com clientes ou fornecedores, fidelidade de clientes, participação no mercado e direitos de comercialização.

Além disso, o pronunciamento técnico 4 (CPC, 2010) apresenta as características para o reconhecimento de um ativo intangível, como: a) ser identificável: quando for separável, ou seja, puder ser separado da entidade e vendido, transferido, licenciado, alugado ou trocado, individualmente ou junto a um contrato, ativo ou passivo relacionado, independente da intenção de uso pela entidade; ou, quando resultar de direitos contratuais ou outros direitos legais; b) ser controlado pela empresa: quando detém o poder de obter benefícios econômicos futuros gerados pelos recursos implícitos e também quando detém o poder de restringir o acesso de terceiros; c) gerar benefício econômico futuro: podem incluir a receita de venda de produtos ou serviços, redução de custos ou outros benefícios resultantes do uso do ativo pela entidade.

Silva e Carvalho (2009) ressaltam que os clubes de futebol brasileiros movimentam grandes valores, provenientes em grande parte dos ativos intangíveis, que são os atletas e suas habilidades desportivas. Por isso, Iudícibus *et al.* (2010) afirma que os direitos federativos constituem o principal ativo de um clube de futebol, e junto com as marcas relacionadas tem a classificação de ativos intangíveis.

Os clubes brasileiros se baseiam na Lei nº 6.404 (BRASIL, 1976) e CPC 04 (CPC, 2010). Já os clubes europeus utilizam a IAS 38. Porém, o IAS 38 e o CPC 04 não tratam especificamente qualquer detalhe relativo às entidades desportivas ou clubes de futebol.

2.3 Legislação aplicável aos Clubes de Futebol

A legislação desportiva no Brasil teve início em 14 de abril de 1941, por meio do Decreto-Lei nº 3.199 (BRASIL, 1941). Nesta legislação foram introduzidos alguns princípios

básicos para as entidades desportivas. Aidar *et al.* (2000, p.19) destacam que esse Decreto-Lei nº 3.199/41 nasceu na ditadura de Getúlio Vargas, e baseou-se na legislação italiana vigente na época.

Posteriormente, em 2 de setembro de 1976, foi sancionada a primeira Lei específica aos clubes de futebol (BRASIL, 1976), mais conhecida como Lei do Passe. Esta Lei garantiu aos clubes formadores de atletas a possibilidade de usufruir o direito sobre o futebol deste jogador. Por se tratar de um bem para a Instituição, esta poderia se desfazer do mesmo para tratar suas dívidas.

Outra lei importante para o esporte brasileiro foi a chamada Lei Zico (BRASIL, 1993). A principal novidade apresentada por esta Lei foi a possibilidade de os clubes serem dirigidos por entidades com fins lucrativos. A Lei Geral sobre os Desportos, mais conhecida como Lei Pelé (BRASIL, 1998), trouxe a obrigatoriedade dos clubes se transformarem em empresas e elaborarem demonstrativos contábeis que refletissem a sua posição econômico-financeira.

A Lei nº 10.671 (BRASIL, 2003) trata do Estatuto do Torcedor, reconhecido como consumidor ou cliente do futebol. Esta lei estabelece as normas de proteção e defesa do torcedor. Neste mesmo período foi instituída também a Lei nº 10.672 de 15 de Maio de 2003 (BRASIL, 2003), que obriga os clubes de futebol, envolvidos em qualquer competição, a publicarem as demonstrações contábeis em órgãos da União, Estado ou Distrito Federal. Esta Lei também obriga a evidenciação contábil em jornal de grande circulação, com informações verificadas por auditores independentes e elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações (BRASIL, 1976).

No ano de 2004 o Conselho Federal de Contabilidade aprovou a Resolução CFC nº 1.005, NBC T 10.13, que trata dos aspectos contábeis específicos para entidades desportivas profissionais. A NBC T 10.13 disciplina e padroniza critérios e procedimentos específicos de avaliação, registros contábeis, estruturação dos demonstrativos contábeis das entidades de futebol profissional.

2.4 Estudos relacionados ao tema

Andrikopoulos e Kaimenakis (2006) analisaram o capital intelectual no contexto do gerenciamento dos clubes de futebol. Os autores realizaram um mapa do capital intelectual para avaliar a criação de valor do capital intangível em clubes de futebol. Foram classificadas variáveis como o desempenho dos jogadores, lealdade dos torcedores e desempenho dos clubes. O método aplicado ao artigo proporcionou a verificação de um indicador do estado dos recursos dos clubes, fornecendo informações úteis aos usuários internos e externos.

Silva e Carvalho (2009) trouxeram no seu estudo a divulgação das demonstrações contábeis dos clubes de futebol brasileiro, analisando o nível de evidenciação dos demonstrativos contábeis dos clubes que competiram no Campeonato Brasileiro de Futebol da série A de 2004. Os autores concluíram que os clubes de futebol com maior pontuação no campeonato brasileiro e com melhor desempenho financeiro (lucro líquido), tiveram um nível maior e melhor de divulgação das demonstrações contábeis em relação aos outros times com pontuação e desempenho financeiro inferior.

Silva, Teixeira e Niyama (2009) apresentaram o nível de evidenciação das demonstrações contábeis dos 19 clubes de futebol que disputaram o campeonato brasileiro de 2007, sendo 13 clubes da série A e 6 clubes da série B. Os autores elaboraram uma lista de verificação (*check-list*) com 48 itens baseados na Lei Pelé (BRASIL, 1998), na Resolução do CFC 1.005/04 e na Lei nº 6.404 (alterada pela Lei nº 11.638). Os autores utilizaram uma análise de regressão, e constataram que quanto maior o total de receitas obtidas pelos clubes

de futebol e quanto maior o desempenho dos clubes no campeonato brasileiro e na copa do Brasil, maior tende a ser em média o nível de evidenciação das demonstrações contábeis.

Holanda *et al.* (2011) estimaram a combinação entre o nível de cumprimento das práticas de *disclosure* de custos com formação de atletas e os incentivos econômicos dos clubes de futebol, e analisaram 69 demonstrações contábeis de clubes de futebol brasileiros nos anos de 2006 a 2009. Os autores escolheram variáveis referentes a estímulo econômico que foram: tamanho, lucro, retorno, endividamento e oportunidade de crescimento. O resultado encontrado foi que um maior nível de *disclosure* das informações dos custos com a formação de atletas está associado a um maior tamanho (ativo total).

A pesquisa desenvolvida por Cardoso, Maia e Ponte (2012) trata da divulgação dos ativos intangíveis nas demonstrações contábeis dos 10 maiores clubes de futebol do mundo e dos 10 maiores clubes do Brasil. As autoras elaboraram um *check-list* com 29 itens baseados na IAS-38 para medir o nível de divulgação do intangível, e efetuaram um teste de diferenças entre médias para verificar a diferença no nível de divulgação entre os dois grupos mencionados. Os resultados do estudo realizado demonstram que o nível de divulgação da amostra dos clubes de futebol do mundo é superior a amostra de clubes do Brasil.

Leite e Pinheiro (2012) desenvolveram um modelo de regressão linear múltipla com as variáveis que influenciavam o nível de divulgação do intangível nas demonstrações contábeis de 2011 e 2012 dos 20 maiores clubes de futebol brasileiro, de acordo com a BDO RCS Brasil Auditoria independente. Os autores constataram que quanto maior for o desempenho no campeonato brasileiro e o valor das receitas totais, maior tende a ser o nível de divulgação nos demonstrativos contábeis.

A leitura e análise destes estudos permitiu a constatação que há uma disparidade de assuntos e resultados de pesquisa que tratam da área do futebol, principalmente sobre a divulgação das demonstrações contábeis dos clubes. Apesar de existir uma pesquisa analisando o nível de divulgação do ativo intangível nos clubes com maior receita utilizando variáveis que influenciam o nível de divulgação, o presente estudo tem como objetivo a verificação de todos os 20 clubes de futebol que participaram do Campeonato Brasileiro da série A de 2012.

3 Método de Pesquisa

A presente pesquisa se classifica como descritiva de acordo com o objetivo. Segundo Gil (1991), o objetivo primordial da pesquisa descritiva é a descrição das características de determinada população ou fenômeno. Quanto ao delineamento, a pesquisa caracteriza-se como documental. Ainda conforme Gil (1991) a pesquisa documental trabalha com matérias que não recebem tratamento analítico ou que ainda podem ser reelaboradas de acordo com o objetivo da pesquisa, que neste caso tem como enfoque as demonstrações contábeis dos clubes de futebol brasileiros do ano de 2012.

Esta pesquisa tem cunho quantitativo. Gonçalves e Meirelles (2004) definem uma pesquisa quantitativa como aquele que tem como elemento de apoio central a linguagem matemática como forma de expressão e tratamento.

A regressão linear múltipla foi o procedimento estatístico utilizado. De acordo com Ragsdale (2001), a análise de regressão é um método de modelagem que avalia a associação entre uma variável dependente Y e uma ou mais variáveis independentes X , com a finalidade de reconhecer a melhor função que descreve a relação entre as variáveis.

De uma forma geral, o modelo de regressão múltipla pode ser apresentado como:

$$Y_i = \beta_0 + \beta_1 X_{1i} + \beta_2 X_{2i} + \beta_3 X_{3i} + \dots + \beta_p X_{pi} + \varepsilon_i \quad (1)$$

Este estudo realizou testes de hipóteses para comprovar se os β são estatisticamente relevantes, a um nível de significância de 5%, que consiste em um nível geralmente utilizado em pesquisas nas ciências sociais.

$$H_0 = \beta = 0 \text{ (HIPÓTESE NULA)}$$

$$H_1 = \beta \neq 0 \text{ (HIPÓTESE ALTERNATIVA)} \quad (2)$$

Logo, se $\beta = 0$, X_i não é aproveitável para descrever o comportamento de Y_i . Para determinar o β foi utilizado o software Excel®.

A amostra obtida para o estudo consiste nos 20 clubes de futebol que participaram da Série A do Campeonato Brasileiro de 2012, sendo eles: Atlético Goianiense, Atlético Mineiro, Bahia, Botafogo, Corinthians, Coritiba, Cruzeiro, Figueirense, Flamengo, Fluminense, Grêmio, Internacional, Náutico, Palmeiras, Ponte Preta, Portuguesa, Santos, São Paulo, Sport e Vasco. Os dados do estudo foram adquiridos por intermédio das demonstrações contábeis do ano de 2012 dos clubes mencionados. Os demonstrativos coletados foram obtidos nos sites oficiais dos clubes.

As variáveis utilizadas para a regressão foram:

Variáveis Independentes

- Desempenho no Campeonato Brasileiro de 2012: após a pesquisa no site da CBF (Confederação Brasileira de Futebol) foi obtida a pontuação final do campeonato Brasileiro de Futebol da Série A de 2012 de cada clube participante. Silva e Carvalho (2009), Silva, Teixeira e Niyama (2009) e Leite e Pinheiro (2012) concluíram nos seus estudos que os clubes que tiveram maior pontuação no campeonato possuem melhor evidenciação das demonstrações contábeis.
- Receita Total: as receitas totais dos clubes participantes foram obtidas nas demonstrações contábeis do ano de 2012. Foram consideradas as “receitas operacionais”, “outras receitas operacionais” e “receitas financeiras”. Leite e Pinheiro (2012) constataram que quanto maior a receita total dos clubes, melhor tende em média a ser o nível de evidenciação das demonstrações contábeis.
- Representatividade do Intangível: foi obtido por meio da proporção entre o intangível total e o ativo total. Os dados foram retirados do Balanço Patrimonial de cada clube participante do campeonato. Compreende-se que quanto maior for o nível de representatividade do intangível sobre o ativo total, maior tende a ser o nível de evidenciação do ativo intangível.

Variável Dependente

- Nível de divulgação do intangível: foi realizado um *check-list* com 34 itens desenvolvidos por Leite e Pinheiro (2012) com base no CPC-04 (Ativo Intangível). Assim, verificou-se o real nível de divulgação dos clubes de futebol do Campeonato Brasileiro de 2012. O nível de evidenciação verificado consta no Quadro 2.

O estudo teve como amostra para a pesquisa todos os 20 clubes que participaram do Campeonato Brasileiro de Futebol da série A de 2012, conforme consta no Quadro 1. A população é composta por todos os clubes de futebol da Série A e Série B.

Quadro 1 - 20 clubes que participaram do Campeonato

Classificação Final	Pontuação Final	Time	UF
1°	77	Fluminense	RJ
2°	72	Atlético Mineiro	MG
3°	71	Grêmio	RS
4°	66	São Paulo	SP
5°	58	Vasco da Gama	RJ
6°	57	Corinthians	SP
7°	55	Botafogo	RJ
8°	53	Santos	SP
9°	52	Cruzeiro	MG
10°	52	Internacional	RS
11°	50	Flamengo	RJ
12°	49	Náutico	PE
13°	48	Coritiba	PR
14°	48	Ponte Preta	SP
15°	47	Bahia	BA
16°	45	Portuguesa	SP
17°	41	Sport	PE
18°	34	Palmeiras	SP
19°	30	Atlético Goianiense	GO
20°	30	Figueirense	SC

Fonte: adaptado da CBF (2013).

No quadro 2, elaborou-se um check-list baseado no CPC 04 para analisar o nível de evidenciação dos ativos intangíveis por parte dos clubes participantes do Campeonato Brasileiro da série A. Foi estabelecido um escore deste nível de evidenciação, que podia variar entre zero e 100%.

Quadro 2 - Check-list (118 a 128 do CPC 04) e o nível de evidenciação dos clubes participantes do Campeonato Brasileiro da série A de 2012

ITEM	NATUREZA	NÍVEL DE EVIDENCIAÇÃO
118-A entidade deve divulgar para cada classe de ativos intangíveis:		
a) distinção entre intangíveis gerados internamente e outros intangíveis;	Obrigatório	94%
b) distinção entre intangíveis com vida útil indefinida ou definida e, se definida, os prazos de vida útil ou as taxas de amortização utilizadas;	Obrigatório	29%
c) os métodos de amortização utilizados para ativos intangíveis com vida útil definida;	Obrigatório	92%
d) o valor contábil bruto e eventual amortização acumulada no início e final do período;	Obrigatório	98%
e) as perdas acumuladas no valor recuperável no início e no final do período;	Obrigatório	0%
f) a rubrica da demonstração do resultado em que qualquer amortização de ativo intangível for incluída;	Obrigatório	92%
g) a conciliação do valor contábil no início e no final do período.	Obrigatório	100%

A entidade deve demonstrar na conciliação do valor contábil no início e no final do período:		
i) as adições;	Obrigatório	35%
ii) as adições, indicando separadamente as geradas por desenvolvimento interno e as adquiridas, bem como as adquiridas por meio de combinação de negócios;	Obrigatório	0%
iii) ativos classificados como mantidos para venda ou incluídos em grupo de ativos classificados como mantidos para vendas;	Obrigatório	0%
iv) aumento ou redução durante o período, decorrente de reavaliação e perda por desvalorização de ativos reconhecida ou revertida diretamente no PL;	Obrigatório	0%
v) provisão para perda por desvalorização de ativos, apropriada ao resultado do período;	Obrigatório	34%
vi) reversão de perda por desvalorização de ativos, apropriada ao resultado do período	Obrigatório	0%
vii) qualquer amortização reconhecida no período;	Obrigatório	100%
viii) variações cambiais líquidas geradas pela conversão das demonstrações contábeis para a moeda de apresentação e de operação no exterior para a moeda de apresentação da entidade;	Obrigatório	0%
ix) outras alterações no valor contábil durante o período.	Obrigatório	40%
119- As classes de ativos intangíveis devem ser separadas (agregadas) em classes menores (maiores) se isso resultar em informação mais relevante para os usuários das demonstrações contábeis.	Obrigatório	91%
120- A entidade deve divulgar informações sobre ativos intangíveis que perderam o seu valor em função da redução ao valor recuperável de ativos.	Obrigatório	0%
121- Divulgar a natureza e o valor das mudanças nas estimativas contábeis com impacto relevante no período corrente ou em período subsequentes. Essa divulgação pode resultar de alterações:		
a) na avaliação da vida útil de ativo intangível;	Obrigatório	0%
b) no método de amortização;	Obrigatório	0%
c) nos valores residuais.	Obrigatório	0%
122- A entidade também deve divulgar:		
a) o valor contábil dos ativos intangíveis avaliados com tendo vida útil indefinida;	Obrigatório	0%
b) os motivos e fatores importantes que fundamentam a avaliação dos ativos intangíveis avaliados como tendo vida útil indefinida;	Obrigatório	0%
c) a descrição de qualquer ativo intangível individual relevante para as demonstrações contábeis da entidade;	Obrigatório	20%
d) o valor contábil de qualquer ativo intangível individual relevante para as demonstrações contábeis da entidade;	Obrigatório	13%
e) o prazo de amortização remanescente de qualquer ativo intangível individual relevante para as demonstrações contábeis da entidade;	Obrigatório	13%
f) em relação aos ativos intangíveis adquiridos por meio de subvenção ou assistência governamentais e inicialmente reconhecidos ao valor justo:		

i) o valor justo inicialmente reconhecido dos ativos;	Obrigatório	0%
ii) o valor contábil;	Obrigatório	0%
iii) se são mensurados, após o reconhecimento, pelo método de custo ou reavaliação;	Obrigatório	0%
g) a existência e os valores contábeis de ativos intangíveis cuja titularidade é restrita e os valores contábeis de ativos intangíveis oferecidos como garantia de obrigações;	Obrigatório	0%
h) o valor dos compromissos contratuais advindos da aquisição de ativos intangíveis.	Obrigatório	0%
123- Se refere a considerações para o item 122.		
124 e 125- Se referem a divulgação com relação ao método de reavaliação que não é permitido no Brasil de acordo com as normas vigentes atualmente.		
126 e 127- A entidade deve divulgar o total de gastos com pesquisa e desenvolvimento reconhecidos como despesas no período.	Obrigatório	0%
128 - É recomendável, mas não obrigatório, que a entidade divulgue:		
a) descrição de qualquer ativo intangível total amortizado que ainda esteja em operação;	Opcional	0%
b) breve descrição de ativos intangíveis significativos, controlados pela entidade, mas que não são reconhecidos como ativos porque não atende os critérios de reconhecimento do CPC 04, ou porque foram adquiridos ou gerados antes de sua entrada em vigor.	Opcional	0%

Fonte: elaborado com base em Leite e Pinheiro (2012).

Assim, este estudo tem como características uma natureza descritiva, com abordagem quantitativa, baseada em um modelo de regressão múltipla.

4 Análise dos Dados

Com base na amostra, verificou-se o nível de divulgação do intangível por meio de um *check-list* com 34 itens desenvolvidos com base no CPC-04.

Os itens que tiveram maior evidenciação no *check-list* do ativo intangível foram:

- a) A distinção entre os ativos intangíveis gerados internamente e outros ativos intangíveis;
- b) Os métodos de amortização utilizados para ativos intangíveis com vida útil definida;
- c) O valor contábil bruto e eventual amortização acumulada no início e no final do período;
- d) A rubrica da demonstração do resultado em que qualquer amortização de ativo intangível foi incluída;
- e) A conciliação do valor contábil no início e no final do período;
- f) Qualquer amortização reconhecida no período; e
- g) Classes de ativos intangíveis agregadas em classes menores (maiores) resultando em informação mais relevante para os usuários das demonstrações contábeis.

Já os itens que tiveram menos evidenciação ou que não tiveram nenhuma evidenciação destacam-se:

- a) Informações sobre ativos intangíveis que perderam seu valor em função da redução ao valor recuperável de ativos;
- b) Descrição de qualquer ativo individual relevante para as demonstrações contábeis;

- c) Prazo de amortização remanescente de qualquer ativo intangível individual relevante para as demonstrações contábeis; e
- d) Descrição de qualquer ativo intangível totalmente amortizado que ainda esteja em operação.

O escore utilizado para compor a variável de estudo NDI (Nível de Divulgação do Intangível), é composto de um número entre 0 e 100. Ou seja, analisou-se os demonstrativos contábeis dos clubes da série A no ano de 2012, com base nos itens elaborados no *check list* baseado nas normas do CPC 04. Uma evidenciação total corresponderia ao valor 100, ou seja, cem por cento.

Os clubes divulgaram as informações sobre os itens de intangível, e foram obtidos dados das variáveis como desempenho no Campeonato Brasileiro, receitas totais e representatividade do intangível. Para verificar quais variáveis influenciam no nível de divulgação do intangível dos clubes de futebol, apresenta-se o seguinte modelo de regressão linear:

$$NDI_i = \beta_0 + \beta_1 DCB_{1i} + \beta_2 RT_{2i} + \beta_3 RI_{3i} + \varepsilon_i \quad (3)$$

Considere que:

NDI_i = Nível de Divulgação do Intangível

β_0 = Intercepto do Modelo (constante)

β_1, β_2 e β_3 = Coeficientes angulares do modelo

DCB_{1i} = Desempenho no Campeonato Brasileiro 2012

RT_{2i} = Receitas Totais

RI_{3i} = Representatividade do Intangível

ε_i = Resíduos

Na tabela 1 é apresentado o resultado do modelo de regressão, e evidencia que as variáveis DCB e RT apresentaram significância estatística para um intervalo de confiança de 95%, já que o valor P calculado está abaixo de 5%. Desta maneira, podemos rejeitar a hipótese nula para as variáveis DCB e RT, dentro de um intervalo de confiança de 95%.

Tabela 1 – Resultados do modelo de regressão múltipla

Variáveis	β	t	Valor P
DCB	0,0817221	2,54	0,014
RT	1,596441	4,39	0,001
RI	-0,0521046	-0,02	0,969
Constante	-14,088753	-2,88	0,006

Fonte: elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa.

O nível de significância utilizado é de 0,05. Como a variável DCB demonstrou Valor P de 0.014, menor do que o valor de significância adotado, rejeita-se a hipótese nula. Conclui-se que a variável é significativa para o estudo, influenciando no nível de evidenciação do intangível nas demonstrações contábeis dos clubes de futebol. Como a variável é positiva, quanto melhor é o desempenho no Campeonato Brasileiro maior tende em média a ser o nível de divulgação do intangível.

Isso também ocorre com a variável Receita Total (RT), pois o Valor P é menor que o nível de significância, assim influencia o nível de divulgação do intangível nas demonstrações contábeis dos clubes analisados. Por outro lado, a Representatividade do Intangível (RI) apresentou um Valor P maior que o nível de significância, assim não é possível fazer nenhum tipo de inferência da relação entre esta variável e o nível de divulgação do intangível nas demonstrações contábeis dos clubes analisados.

Para utilizar os estimadores de Método dos Mínimos Quadrados ou Mínimos Quadrados Ordinários (MQO) em regressão linear, foi necessário fazer um teste para verificar se são atendidos os principais pressupostos. Na tabela 2 são apresentados os procedimentos utilizados para a verificação dos pressupostos do modelo de MQO e validação das inferências.

Para verificar o pressuposto de normalidade, utilizou-se o teste de Shapiro-Wilk, que consiste no teste indicado para amostras menores de cinquenta.

Tabela 2 – Testes de verificação dos pressupostos do modelo de regressão

Pressuposto	H ₀	Valor P	Nível de Significância	Resultado
Normalidade dos resíduos	Os resíduos apresentam distribuição normal	0,06011	0,05	Não rejeita H ₀
Heterocedasticidade	Variância dos resíduos é constante	0,1189	0,05	Não rejeita H ₀
Especificação do modelo	Forma funcional corretamente especificada	0,2499	0,05	Não rejeita H ₀
Multicolinearidade	Não há problema de multicolinearidade	1,15	0,05	Não rejeita H ₀

Fonte: elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa.

Constata-se que os resultados dos testes de verificação apresentam como resultado para todos os pressupostos que não se pode rejeitar a hipótese nula. Isto se deve ao fato de todos os p-valores dos testes aplicados terem sido maiores do que cinco por cento, com base em um intervalo de confiança de noventa e cinco por cento.

A seguir são apresentadas as variáveis que foram usadas no modelo de regressão:

a) Desempenho no Campeonato Brasileiro

H_0 = O desempenho no Campeonato Brasileiro não está associado com o nível de divulgação o intangível.

H_1 = O desempenho no Campeonato Brasileiro está associado com o nível de divulgação o intangível.

O resultado encontrado neste estudo confirmou os resultados obtidos por Silva, Teixeira e Niyama (2009) e Leite e Pinheiro (2012), de que quanto melhor é o desempenho no Campeonato Brasileiro, maior é o nível de divulgação das demonstrações contábeis dos clubes que participaram do Brasileirão 2012. O estudo de Silva, Teixeira e Niyama (2009) foi feito de uma forma geral do nível de divulgação das demonstrações. Já o presente estudo determina especificamente o nível de divulgação do intangível.

b) Receitas Totais

H_0 = O nível de divulgação do intangível não está relacionado às receitas totais.

H_1 = O nível de divulgação do intangível está relacionado às receitas totais.

O nível de significância é 0,05 e a variável teve Valor P de 0.001. Como o Valor P é menor que o nível de significância adotado, rejeita-se a hipótese nula e concluiu-se que a

variável Receita Total é significativa. Isto é, a variáveis Receita Total (RT) influencia o nível de divulgação do intangível nas demonstrações contábeis dos clubes. Como a variável apresentou sinal positivo, quanto maior o total de receitas auferidas pelos clubes de futebol, maior tende a ser o nível de divulgação do intangível nas demonstrações contábeis. Estes resultados corroboram os achados de Silva, Teixeira e Niyama (2009) e Leite e Pinheiro (2012), de que quanto maior for o total de receitas obtidas pelos clubes de futebol, maior tende a ser em média o nível de divulgação das demonstrações contábeis.

c) Representatividade do Intangível

H_0 = O nível de divulgação do intangível não está relacionado à representatividade do ativo intangível sobre o ativo total.

H_1 = O nível de divulgação do intangível está relacionado à representatividade do ativo intangível sobre o ativo total.

Ao contrário das outras variáveis estudadas, a Representatividade do Intangível apresentou um Valor P de 0.0969. Este resultado é maior que o nível de significância 0,05. Logo, não se pode rejeitar a hipótese nula. Desta maneira, concluiu-se que, esta variável não apresenta significância estatística, e não é possível fazer nenhum tipo de dedução da relação entre esta variável e o nível de divulgação do intangível nas demonstrações contábeis dos clubes do Campeonato Brasileiro de 2012.

5 Considerações Finais

O presente estudo teve como objetivo verificar quais variáveis influenciam o nível de divulgação do ativo intangível dos 20 clubes de futebol participantes do Campeonato Brasileiro da série A de 2012. Apresentou-se um modelo de regressão linear múltipla para analisar as variáveis coletadas a partir das demonstrações contábeis do ano de 2012 os clubes mencionados.

Apesar da existência de estudos similares envolvendo práticas contábeis e divulgação das demonstrações contábeis dos clubes de futebol, percebe-se a carência de estudos que analisem as variáveis que influenciam o nível de divulgação especificamente do intangível nas demonstrações contábeis dos clubes que participaram do mais importante campeonato brasileiro.

Verificou-se no estudo que as variáveis desempenho no campeonato brasileiro e receitas totais influenciam positivamente na divulgação do ativo intangível. Ou seja, quanto melhor o desempenho e a receita total, melhor tende a ser em média o nível de divulgação do intangível nas demonstrações contábeis dos clubes analisados. Porém, a variável representatividade do intangível não se mostrou estatisticamente significativa.

Constata-se que quanto melhor for o desempenho no Campeonato Brasileiro e quanto maior forem às receitas dos clubes, o resultado é um maior interesse de investidores e consumidores/torcedores. Isto permite reforçar o argumento sobre a necessidade de as demonstrações contábeis dos clubes serem claras e concretas, para atender todas as necessidades dos usuários da informação.

Dentre as limitações do artigo, destaca-se que as análises foram baseadas nas demonstrações contábeis publicadas pelos clubes, e não houve uma confrontação entre as informações contidas nas demonstrações com os controles internos dos clubes. Outra limitação ocorre quanto ao enfoque da pesquisa, pois se optou por estudar especificamente os aspectos diretamente relacionados ao ativo intangível.

Para futuras pesquisas, sugere-se avaliar o nível de divulgação do ativo intangível dos clubes do Campeonato Brasileiro da Série B e comparar com os clubes da Série A.

Referências

AIDAR, C. M. C. et al. **Direito Desportivo**. Campinas: Editora Jurídica Mizuro, 2000.

ANDRIKOPOULOS, A.; KAIMENAKIS, N. **Introducing Intellectual Capital Analysis to Soccer Club Management: An Integrated Map of Intangible Sources of Value**. Athens: University of Economics and Business, Greece, Athens, jun 2006.

ANTUNES, M. T. P; GRECCO, M.C.O; FORMIGONI, H; NETO, O.R.M. A adoção no Brasil das normas internacionais de contabilidade IFRS: o processo e seus impactos na qualidade da informação contábil. **Revista de Economia e Relações Internacionais**, São Paulo, v.10, n. 20, p. 8, jan. 2012.

BRASIL. **Lei nº 10.671 de 15 de maio de 2003**. Dispõe sobre o Estatuto de Defesa do Torcedor e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 16 de mai. 2003, P.1 . Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.671.htm. Acesso em: 29 dez. 2013.

BRASIL. **Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976**. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 17 dez. 1976, p 19864. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6404consol.htm. Acesso em: 28 dez. 2013.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 3.199 de 14 de abril de 1941**. Estabelece as bases de organização dos desportos em todo o país. Lex: federal: decreto. Lei: 1941-04-14; 3199, Rio de Janeiro, p. 7453. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-3199-14-abril-1941-413238-norma-pe.html>. Acesso em: 27 dez. 2013

BRASIL. **Lei nº 6.354 de 2 de setembro de 1976**. Dispõe sobre as relações de trabalho do atleta profissional de futebol e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, P. 11687. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6354.htm. Acesso em: 27 dez.2013

BRASIL. **Lei nº 8.672 de 6 de julho de 1993**. Institui normas gerais sobre desportos e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 07 jul. 1993, p. 9379. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8672.htm. Acesso em: 27 dez.2013

BRASIL. **Lei nº 9.615 de 24 de março de 1998**. Institui normas gerais sobre desportos e dá outras providências. . Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 25 mar. 1998, p. 1. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9615consol.htm. Acesso em: 28 dez.2013

BRASIL. **Lei nº 10.672 de 15 de maio de 2003**. Altera dispositivos da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 16 mai. 2003, p. 3. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.672.htm. Acesso em: 28 dez.2013

BRASIL. **Resolução CFC nº 1.005 de 17 de setembro de 2004.** Aprova a NBC T 10.13 – Dos aspectos contábeis específicos em entidades desportivas profissionais. Brasília, DF, 04 nov. 2004. Disponível em: <http://www.portaldecontabilidade.com.br/nbc/res1005.htm>. Acesso em: 28 dez. 2013.

BRASIL. **Lei 10.264 de 16 de julho de 2001.** Acrescenta inciso e paragrafo ao art. 56 da Lei n 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto. Diário Oficial da Republica Federativa do Brasil. Brasília, DF, 17 jul 2001, p. 1. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10264.htm . Acesso em: 29 dez. de 2013.

BRASIL. **Lei 11.118 de 19 de maio de 2005.** Acrescenta paragrafo ao art. 10 de Lei n 9.615, de 24 de março de 1998, e prorroga os prazos previstos nos arts. 30 e 32 da Lei n 10.826, de 22 de dezembro de 2003. Diário Oficial da Republica Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 20 mai. 2005, p. 1. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2004-2006/2005/Lei/L11118.htm. Acesso em: 27 dez. 2013.

CARDOSO, V. I. C.; MAIA, A. B. G. R.; PONTE, V. M. R. Práticas de disclosure do ativo intangível em clubes de futebol. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 12., 2012, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2012.

CBF. **Confederação Brasileira de Futebol.** Disponível em: <http://www.cbf.com.br/>. Acesso em: 27 dez. 2013.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (CPC). **CPC-04:** ativo intangível. Brasília, 5 de nov. de 2010. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos>. Acesso em: 14 abr. 2011.

DALMÁCIO, F. Z.; PAULO, F. F. M. A Evidenciação Contábil: publicação de aspectos sócio-ambientais e econômico-financeiros nas demonstrações contábeis. **Brazilian Business Review**, Vitória, v. 1, n. 2, p. 73-88, 2004.

GARCIA, E; CORBARI, E. M.; JUNIOR, D. A.; CISLAGHI, P. **A importância da divulgação contábil mensurada ao Fair Value.** Ciências Sociais em Perspectiva, 2007.

GIL, A. C. **Como elaborar Projetos de Pesquisa.** 3 ed. São Paulo: Atlas 1991.

GONÇALVES, C. A.; MEIRELLES, A. M. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração.** São Paulo: Atlas, 2004.

HENDRIKSEN, E. S; VAN BREDA, M. F. **Teoria da contabilidade.** São Paulo: Athas, 1999.

HOLANDA, A. P. *et al.* Incentivos econômicos do nível de disclosure contábil dos clubes de futebol profissional brasileiros. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 11., 2011, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2011.

IASB. International Accounting Standards Board. **AIS 38 Intangible Assets**. Disponível em: <http://www.ifrs.org/Pages/default.aspx>. Acesso em: 03 jan. 2014.

IUDÍCIBUS, S.; MARTINS, E.; GELBCKE, E. R.; SANTOS, A. **Manual de contabilidade societária**. São Paulo: Atlas, 2010.

IUDÍCIBUS, S. **Teoria da Contabilidade**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010

_____. _____. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

KAYO, E. K. **A estrutura de capital e o risco das empresas tangível e intangível-intensivas: uma contribuição ao estudo da valoração de empresas**. 2002.110. f. Tese (Doutorado em Administração) – FEA/USP, 2002.

LEITE, D. U.; PINHEIRO, L. E.T. Disclosure de Ativo Intangível: Um Estudo dos Clubes de Futebol Brasileiro. **Congresso Nacional de Administração e Ciências Contábeis**. Rio de Janeiro, 2012.

RAGSDALE, C. T. **Spreadsheet Modeling and Decision Analysis**. 3. ed. Ohio: South-Western College Publishing, 2001.

SILVA, J.A.F; CARVALHO, Frederico Antônio Azevedo. Evidenciação e desempenho em organizações desportivas: um estudo empírico sobre clubes de futebol. **Revista de Contabilidade e Organizações**, Ribeirão Preto, Fearn/ USP, v.3, n. 6, p. 96-116, maio/ago. 2009.

SILVA, C. A. T. S.; TEIXEIRA, H. M.; NIYAMA, J. K. Evidenciação contábil em entidades desportivas: uma análise dos clubes de futebol brasileiros. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 9., 2009, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2009.

YAMAMOTO, M. M.; PACCEZ, J. D.; MALACRIDA, M. J. C. **Fundamentos da Contabilidade**: a nova contabilidade no contexto global. São Paulo: Saraiva, 2011.